

Mauro convoca 980 classificados no concurso da Segurança Pública

Gilberto Leite



O governador Mauro Mendes (União Brasil) anunciou, na sexta-feira (31), a convocação de 980 aprovados no concurso da Segurança Pública, em transmissão ao vivo no Instagram. A convocação deve ser publicada na próxima semana, com os nomes dos agentes aprovados no certame, cujas provas foram feitas em 2022. Serão chamados 515 soldados para a Polícia Militar, 30 oficiais também para a PM, 5 médicos militares, 180 investigadores da Polícia Judiciária Civil, 120 escrivães, 15 delegados, além de 100 soldados para o Corpo de Bombeiros e 15 oficiais, também para o Corpo de Bombeiros. Após fazer o anúncio, Mauro garantiu que os servidores podem até mesmo soltar cheques pré-datados, que há recursos suficientes para não atrasar mais salários

PÁG. 3

Reforma preocupa a indústria

Gilberto Leite

A reforma tributária que está sendo elaborada pela União tem preocupado empresários de Mato Grosso, que temem a perda de capacidade do Estado para fazer investimentos. O motivo da preocupação é a falta de clareza de como vai funcionar o Imposto de Valor Agregado (IVA), que deverá substituir impostos federais, estaduais e municipais e seria cobrado no consumo. O IVA tem potencial para beneficiar estados com alta densidade demográfica e prejudicar estados com menor população, como é o caso de Mato Grosso

PÁG. 6



Emanuel diz que rombo é mentira

A Prefeitura de Cuiabá acusou o Gabinete de Intervenção de mentir sobre um suposto déficit de mais de R\$ 548 milhões no orçamento da Saúde para 2023. A informação

consta no primeiro relatório técnico enviado pelo gabinete aos órgãos de controle. Em nota encaminhada à imprensa nesta terça-feira, 28 de março, a Prefeitura afir-

ma que não existe déficit, pois esses valores seriam referentes a repasses do Tesouro Municipal para a Saúde Pública, já previstos na Lei Orçamentária Anual de 2023. "Isso mostra

o incrível despreparo do Gabinete de Intervenção, que apontou tais dados como déficit", disparou o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB)

PÁG. 5

Gasolina deve subir 53 centavos

Gilberto Leite



O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou na quarta-feira, 29 de março, o convênio de ICMS que unifica a cobrança do imposto sobre operações com gasolina e etanol anidro em todo o território nacional, no valor de R\$ 1,45 por litro. A mudança da metodologia de cobrança do ICMS deve impactar o preço da gasolina nos postos de Mato Grosso em até 53 centavos

PÁG. 7

Internacionalização começa a andar

A tão sonhada internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, parece estar mais próxima de se tornar realidade. Na última segunda-feira (27), autoridades públicas e representantes da Centro-Oeste Airports (COA) realizaram uma visita nas obras para abrigar os "recintos alfandegados e áreas de migração". De acordo

com o diretor-presidente da COA, Marco Migliorini, as obras devem ser concluídas em dezembro deste ano, abrindo espaço para que os órgãos necessários para a internacionalização se instalem no local. Diversos órgãos devem atuar no aeroporto, dentre eles: Polícia Federal, Receita Federal e Anvisa

PÁG. 8

Mais de metade dos cuiabanos é favorável ao BRT

Mais da metade dos cuiabanos concorda com a substituição do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido, o BRT, em Cuiabá. Os dados são da pesquisa do Instituto Percent Brasil, divulgado na última segunda-feira, 27 de março. Dos 600 participantes, 64,4% responderam que concordam, 27% que discordam e outros 8,7% não souberam responder. A coleta

de informações foi realizada entre os dias 27 de fevereiro e 3 de março deste ano, por telefone. Desde 2014, a população cuiabana espera pela entrega do VLT, prometido para a Copa do Mundo daquele ano. A partir daí, o modal se tornou tema de diversas ações na Justiça e foi envolvido em escândalos de corrupção e operações policiais

PÁG. 6

Divulgação



EDITORIAL

Muitos pagam por poucos

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental,

mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultuosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento,

mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para captura-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

Gravidez e endometriose

Giovana Fortunato (*)

A endometriose é uma doença que atinge o sistema reprodutor feminino e que pode causar cólica intensa, fluxo menstrual irregular e dores durante ou após a relação sexual. Uma das dúvidas mais frequentes a respeito desse problema de saúde é se a endometriose na gravidez pode representar uma gestação de risco, tanto para a mãe quanto para o bebê.

A endometriose pode dificultar a gravidez, por diversos fatores. Os principais são: a inflamação no útero, que dificulta a implantação do embrião; obstrução nas trompas por aderências; inflamação dos ovários (que prejudica a qualidade dos óvulos) e cistos de endometriose nos ovários também podem dificultar a ovulação e a fecundação.

A gestação de alto risco é caracterizada pela propensão aumentada às intercorrências obstétricas. Essa suscetibilidade pode vir acompanhada de doenças que a portadora já tinha antes da gravidez e que podem se agravar com a fisiologia gestacional, como diabetes, pressão alta e trombofilia.

Entre os principais fatores que podem causar uma gestação de alto risco, estão:

- * doença existentes antes da gravidez;
- * doenças adquiridas durante a gestação;
- * complicações em gestações anteriores;
- * características físicas da gestante (como idade e peso)
- * presença de anormalidades estruturais nos órgãos reprodutivos;
- * exposição a agentes prejudiciais ao feto (como radiação, agentes químicos, drogas e infecções) e;
- * hábitos da gestante (como fumo e álcool).

Nesse sentido, a endometriose também deve ser bem observada durante esse período. A endometriose, a infertilidade e a gestação de alto risco: todas essas condições deixam a mulher em uma situação delicada, que envolve tanto repercussões físicas quanto emocionais. No entanto, com apoio médico especializado, é possível ter desfechos positivos e saudáveis.

A endometriose está associada a uma maior incidência de complicações obstétricas. Os resultados gestacionais adversos

podem ocorrer em razão de uma série de fatores, como presença de componentes inflamatórios, redução da qualidade dos óvulos, resposta diminuída à ação do hormônio progesterona, problemas na placentação e menor contratilidade do útero.

Segundo estudo publicado em setembro de 2019 na *Obstetrics & Gynecology*, a endometriose está associada a uma maior incidência de resultados obstétricos adversos específicos, como aborto espontâneo, pré-eclâmpsia, diabetes gestacional e gestação ectópica.

Qual é a conduta adequada nesses casos?

Apesar dos riscos aumentados, o acompanhamento pré-natal é feito normalmente para gestantes com endometriose e o tratamento da doença não é realizado durante a gravidez. Contudo, a paciente precisa redobrar sua atenção diante de sinais de complicações e procurar atendimento médico quando suspeitar de alguma adversidade.

Após o parto, a mulher deve buscar avaliação especializada para iniciar ou retomar o tratamento da doença.

É através do acompanhamento pré-natal que se torna possível oferecer o máximo de segurança durante a gestação e no período puerperal. Para garantir isso, o ideal é que uma equipe multidisciplinar esteja ao lado da família nesse momento tão especial. Isso pode incluir, além dos profissionais de ginecologia e obstetria, o suporte de especialistas de outras áreas como fisioterapia, enfermagem, nutrição, psicologia e medicina fetal. De uma forma geral, a endometriose é uma doença que deve ser monitorada durante toda a gestação. Vale lembrar que a maior incidência de risco não significa certeza de complicações. Com alguns cuidados, a mulher pode ter uma gestação tranquila.

DRA. GIOVANA FORTUNATO é ginecologista e obstetra, professora do HUJM e especialista em endometriose e infertilidade na Eladium



Candidatos a vaga de trabalho

Márcio Monson (*)

O mundo evoluiu muito desde o tempo em que era preciso comprar formulário de currículo nas papelarias para preenchimento manuscrito. Veio a era da informática e o documento passou a ser digitado no computador, colocado em uma pastinha e deixado nas empresas.

Mas, de alguns bons anos para cá, a evolução do mercado de trabalho e as conexões mudaram, assim como o recrutamento, seleção e contratação. Com a internet, praticamente tudo é feito remotamente: da criação do currículo à conquista da vaga. Acontece que nem todas as plataformas disponíveis no mercado agradam. Por serem burocráticas demais, exigem muito tempo dos candidatos ou demandam longos processos remotos, algumas empresas acabam expondo os candidatos a situações de ansiedade e cansaço, causando a desistência.

Contudo, existem as que verificam a real necessidade e a forma de trabalhar dos

profissionais da área, e como melhorar a experiência dos candidatos na busca pelo trabalho ideal. Há as que levam em conta a necessidade e a experiência de todos os envolvidos no processo, entregando um produto que facilita a rotina de trabalho dos selecionadores, buscando proporcionar uma excelente experiência nas suas candidaturas dentro da plataforma, facilidade de uso, sem nenhuma complexidade ou etapas que desestimulem o cadastro.

Para alcançar esses objetivos, além de construir um cenário baseado na experiência de profissionais de R&S (Recrutamento e Seleção) e candidatos, o diferencial se concentra nos bastidores da telinha: são os recursos da inteligência artificial. Algoritmos feitos para automatizar o processo, triar currículos, ranquear candidatos e fazer tal qual o cupido na mitologia: aproximar empresa e candidato. Se der match, a vaga foi preenchida.

Hoje, ferramentas permitem que o candidato envie o currículo que ele já tem pronto, em DOC ou PDF, sem precisar digitar todas as

informações a cada candidatura. A plataforma lê o currículo e o candidato só precisa complementar com as informações que não estão presentes. O portal é de simples utilização, sem complexidade. De fácil compreensão para que todos possam se cadastrar nas vagas. Inclusive, é um portal 100% acessível para pessoas cegas.

Isso sem contar que tecnologias como esta são bastante democráticas e acabam resolvendo problemas sociais, como a dificuldade de inclusão digital em algumas áreas. Dados do Censo Agropecuario de 2017 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostraram que 70% das propriedades rurais do País ainda não possuíam acesso à rede no período pesquisado (entre os anos de 2006 e 2017). Moradores das zonas rurais que buscam uma oportunidade de trabalho fora do campo encontram nessa falha maior dificuldade para uma colocação no mercado. Experiências de sucesso neste sentido já fazem parte da nossa rotina e, algumas, nos marcam especialmente.

Uma delas foi de um então candidato de uma região remota do Brasil, com acesso escasso a computadores. A pessoa realizou todo seu cadastro via celular, seguindo com o processo de contratação totalmente on-line, tirando e enviando as fotos de seus documentos para a empresa diretamente pela plataforma. Embora exista muito receio por parte de alguns selecionadores em relação ao uso adequado da tecnologia por candidatos com menos instrução, isso é mito. Numa plataforma que se preocupa com a experiência do candidato, o processo ocorre de forma natural e mais pessoas têm acesso a um emprego digno.

São os sinais dos novos tempos no mundo do trabalho, com a tecnologia ajudando cada vez mais contratantes e contratados!

MÁRCIO MONSON é CEO da Selecty



Se alguém pode, você pode

Francisney Liberato (*)

Muitas vezes queremos fugir da responsabilidade de falar em público e, em algumas situações, criamos diversas justificativas. Já vi pessoas que sofriam de gagueira se disporem a aprender a se comunicar em público e que hoje falam de forma segura e tranquila, pois treinaram e desenvolveram a oratória.

A história de Moisés deixa muito clara esta afirmação. Ele foi criado como egípcio para ser o futuro faraó e obteve a melhor instrução da época, pois o Egito era a maior nação do mundo, rica em conhecimento literário e em táticas de guerra. Moisés foi treinado como guerreiro e participava ativamente do governo do faraó.

Apesar de ser hebreu, Moisés foi preparado para fazer jus ao posto de Príncipe do Egito, e mesmo depois de ter fugido do país, para um lugar distante daquela civilização, Deus apare-

ceu a ele, convidando-o para ser o libertador do povo hebreu.

Ao analisar o propósito de Deus para Moisés, desde o começo de sua existência, quando ainda era um bebê, encontrado pela princesa do Egito dentro de um cesto no rio Nilo, percebe-se que as circunstâncias culminaram para que ele tivesse os melhores ensinamentos, os quais somente os nobres egípcios detinham, para que anos depois se tornasse o libertador de Israel. Em suma, para libertar e conduzir uma multidão de pessoas até a Terra Prometida, Moisés precisou se comunicar muito bem.

No livro de Êxodo, capítulo 4, é descrito o diálogo entre Deus e Moisés.

Ao receber o convite de Deus para libertar o povo, Moisés respondeu: "Ó Senhor! Nunca tive facilidade para falar, nem no passado nem agora que faleste a teu servo. Não consigo falar bem!".

Será que a atitude de Moisés se assemelha às nossas justificativas quando as oportuni-

des aparecem em nossas vidas? O peso da responsabilidade tem travado a sua mente para não agir? Quem disse que você não fala bem? Moisés, mesmo sendo treinado no Egito, ainda desacreditava na sua capacidade. Ao que me parece, ele tinha uma fobia ou medo de falar em público, além do peso da responsabilidade que era demasiadamente grande.

Então Deus repreendeu a sua resposta irresponsável e fez alguns questionamentos a Moisés: "Quem deu boca ao homem? Quem o fez surdo ou mudo? Quem lhe concede vista ou o torna cego? Não sou eu, o Senhor?". O que chama a atenção nesse diálogo, e que serve para os dias atuais, é que Deus acredita muito mais em nós do que nós mesmos. Lembre-se: Ele te conhece muito mais do que você imagina e se Ele é por você não há o que temer.

Deus não apenas questionou Moisés e o fez refletir sobre o diálogo, como disse algo maravilhoso, e que com certeza pode fazer de você um grande orador: "Agora, pois, vá; eu estarei com você, ensinando-lhe o que dizer". Moisés teria como mentor nada mais nada menos do que Deus. Que privilégio! Deus estaria com ele em todos os momentos e ainda o ensinaria e colocaria as palavras adequadas em sua boca.

Depois disso, com certeza Moisés aceitou o convite, correto? Não, ele ainda não se achava preparado para aquela missão: "Respondeu-lhe, porém, Moisés: 'Ah Senhor! Peço-te que envies outra pessoa'", assim, mais uma vez, delegou o convite. Será que estamos optando por delegar as oportunidades para um professor, palestrante ou orador, por acreditar que somente eles são capacitados para esta missão?

Você pode estar se perguntando: "Mesmo Moisés, com toda a estrutura e conhecimento do Egito, e ainda tendo Deus como o seu coach e mentor, ele quis fugir da responsabilidade, imagine eu que não tenho as mesmas oportunidades!". Acredite: as oportunidades que Moisés teve no passado estão à sua disposição hoje, com variados recursos que temos disponíveis, tais como: treinamentos, livros, cursos e ainda contando com a ajuda de Deus.

Depois de muita insistência com Moisés, Deus criou uma alternativa: "Então o Senhor

se irou com Moisés e lhe disse: 'Você não tem o seu irmão Arão, o levita? Eu sei que ele fala bem. Ele já está vindo ao seu encontro e se alegrará ao vê-lo'. A estratégia de Deus foi positiva, visto que o irmão de Moisés falava bem, e com o tempo poderia desenvolver a oratória com ele.

Foi o que ocorreu, Moisés voltou para o Egito, cumpriu a sua missão, tendo o seu irmão como auxiliar, bem como o próprio Deus, a qual colocou as palavras certas em sua boca, e em cada desafio prático ele foi se aperfeiçoando como orador e líder.

Esse diálogo extraído da Bíblia serve para nos mostrar, hoje, que é possível falar em público. As circunstâncias da vida vão nos proporcionar situações que a princípio podem parecer impossíveis de cumprir, mas é preciso ter coragem para desenvolver essa habilidade, e com o tempo vamos alinhando e aperfeiçoando o que é preciso, para sermos um grande orador, como foi o caso de Moisés.

Você consegue, creia nisso e, se assim permitir, Deus o habilitará a obter grandes resultados em sua oratória.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade – ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos – Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência emocional" e "Manual do Concurseiro". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

REFORÇO A CAMINHO

A convocação de 980 aprovados no concurso da Segurança Pública, em transmissão ao vivo no Instagram

Mauro convoca 980 aprovados

**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União Brasil) anunciou, na sexta-feira (31), a convocação de 980 aprovados no concurso da Segurança Pública, em transmissão ao vivo no Instagram. A convocação deve ser publicada no Diário Oficial do Estado na próxima semana, com os nomes dos agentes aprovados no certame, cujas provas foram feitas em 2022.

Serão chamados 515 soldados para a Polícia Militar, 30 oficiais também para a PM, 5 médicos militares, 180 investigadores da Polícia Judiciária Civil, 120 escrivães, 15 delegados, além de 100 soldados para o Corpo de Bombeiros e 15 oficiais, também para o Corpo de Bombeiros. Ao todo, serão convocados 980 novos servidores.

“Eu desejo boas-vindas a todos aqueles que se classificaram nestas posições, fizemos aquilo que era possível nesse momento. Eu sempre vou administrar com muita responsabilidade, olhando para a receita, olhando para a despesa e mantendo o estado com as contas em dia, pagando fornecedores e servidores em dia”, disse o governador.

Antes de anunciar o chamamento, Mauro chegou a afirmar que gostaria de analisar com mais detalhe onde cada profissional seria alocado, pois a arrecadação do Governo do Estado caiu cerca de 10% com o ICMS nos primeiros meses do ano, quando comparados com o mesmo período do ano passado.

Após fazer o anúncio, Mauro garantiu que os servidores podem até mesmo soltar cheques pré-datados, que há recursos suficientes para não atrasar mais salários, como ocorria em gestões anteriores a dele. Ainda durante o anúncio, Mauro também elencou alguns avanços de sua gestão para a Segurança Pública.



MT também vai implantar o programa “Vigia Mais MT”, que vai colocar 15 mil câmeras nas fardas de policiais

Segundo Mauro, quando assumiu o governo do Estado, os policiais não conseguiam fazer as rondas, pois faltava até gasolina para as viaturas. Policiais precisavam revezar na utilização de armas de fogo, como um revólver com 6 tiros, com mais de 20 anos de uso. Outro

problema também eram os coletes de baixa qualidade, além dos fuzis antigos, que falhavam nas trocas de tiros com bandidos.

“Eu já ouvi de policiais do Bope, que saíam na caça de bandido, dava 2 a 3 tiros e o fuzil lencava. Dava pane, porque o fuzil tinha de 30 anos

para trás”, disse o governador, acrescentando também que essas armas foram doadas pela Marinha do Brasil nos anos 60.

“Hoje, graças a Deus, nós vivemos num estado que tem condições melhores, um estado que está investindo em Segurança Pública. É o

único estado brasileiro que tem 100% de cobertura de rádio digital. Nenhum estado do Brasil, nem São Paulo, que é o estado mais rico, tem o que nós temos aqui”, afirmou o gestor.

Ainda de acordo com Mauro, alguns estados estão “enlouquecidos” ao verem Mato Grosso implantar o programa “Vigia Mais MT”, que vai colocar 15 mil câmeras nas fardas de policiais, que vão transmitir as imagens para um sistema online. Segundo Mauro, a Sesp vai conseguir acessar as imagens em tempo real nos 141 municípios.

A Secretaria de Educação também vai instalar 5,5 mil câmeras nas escolas.

“Isso aumenta a segurança nas escolas, o investimento em tecnologia é fundamental, investimento na infraestrutura. Nós não podemos mais enxergar a administração pública da forma como ela existiu durante muito tempo. O mundo muda, a tecnologia vem, ela tem que impactar o nosso dia a dia do serviço público. Nós temos que ser mais eficientes”, disse.

PROIBIÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Edson Fachin sinalizou apoio, diz Eduardo Botelho

Gabriel Soares

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), está confiante de que conseguirá vencer a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que contesta a lei que proibiu a construção de usinas hidrelétricas em toda a extensão do Rio Cuiabá. Em conversa com jornalistas na sexta-feira, 31 de março, ele revelou que o ministro Edson Fachin, relator do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), disse não ver inconstitucionalidade na norma.

Botelho se reuniu com Fachin na quin-

ta-feira, 30, em Brasília. Também estiveram presentes no encontro o autor do projeto de lei, Wilson Santos (PSD), e Janaina Riva (MDB), vice-presidente da Assembleia.

“Nós explicamos pra ele que nós não estamos invadindo a competência da União, nós estamos apenas fazendo uma restrição a um trecho que corre perigo de destruir todo o Pantanal. Mostramos pra ele que essas usinas aqui, com esses projetos de construção de seis usinas que tem aí, esse trecho vai ser catastrófico para a bacia do Pantanal, inclusive para os nossos peixes, que precisam

subir os rios, etc. Então, seria um problema muito grande pra toda essa região aqui”, detalhou.

A constitucionalidade da lei nº 11.865/2022 é questionada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e pela Associação Brasileira dos Geradores de Energia Limpa (Abragel). As entidades alegam, em duas ações distintas, que a Assembleia Legislativa invadiu competência exclusiva da União ao legislar sobre um rio com potencial energético. O mesmo argumento foi defendido pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pela Advocacia-Geral

da União (AGU) e pelo governo do Estado.

Contrariando essas manifestações, o ministro Edson Fachin teria afirmado aos deputados estaduais que não vê invasão de competência.

“Ele entendeu muito bem, foi muito receptivo. Ele chegou a me dizer assim: ‘a lei que vocês fizeram não é conflitante com a União, não vejo conflito nenhum’”, disse Botelho.

“Então, eu acho que nós temos chances reais de ganhar. Nós temos que manter essa luta e eu tenho certeza que nós vamos, sim, conseguir. Nós não vamos permitir que

construa aqui nesse trecho do rio Cuiabá”, emendou.

O PROJETO - A matéria tramitava na Assembleia Legislativa desde 2019. Ela retomou as discussões no início do ano passado após o autor da proposta, deputado Wilson Santos (PSD), criticar a mudança de postura dos parlamentares, que antes eram favoráveis e que depois se posicionaram contrários à proibição, que segundo ele, ocorreu devido à pressão, “de forças ocultas”.

Ao vetar o projeto, o governador Mauro Mendes (União) destacou que seguiu a manifestação da Procura-

doria-Geral do Estado (PGE) que destacou a inconstitucionalidade da proposta por interferir na competência privativa da União de legislar sobre águas.

Além disso, observou que a matéria extrapola a competência normativa conferida aos Estados para legislar sobre proteção do meio ambiente e invade a competência do Poder Executivo para criar atribuições a entidades da Administração Pública.

No entanto, os apontamentos não convenceram os parlamentares que, por 20 votos a três, derrubaram a posição contrária à proposta.

DEFESA DO PRODUTOR

Coronel Assis quer debate sobre Marco Temporal



Gilberto Leite

Da redação

O deputado federal Coronel Assis (União-MT) defendeu em sessão na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, um debate sobre o marco temporal.

“Estamos muito preocupados, porque a revisão do marco temporal causa impacto direto não só na demarcação de terras indígenas, mas também em todo um setor produtivo em nosso país. Já temos mais 700 terras indígenas demarcadas, e novas demarcações ou o aumento dessas terras terá impacto muito forte na

agropecuária”, disse o deputado.

Coronel Assis citou como exemplo uma terra indígena na região de Colníza (distante 1.064 km de Cuiabá), que possui 106 mil hectares e que passaria a 411 mil hectares, caso que já está judicializado e que poderá se consolidar caso o julgamento do Marco Temporal, no Supremo Tribunal Federal seja contrário à tese do marco temporal.

Os setores produtivos defendem que os indígenas só tenham direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, ou se nessa

data a demarcação da terra já estivesse questionada judicialmente. O processo está parado no STF desde setembro de 2022, aguardando o pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

“Na Câmara Federal, podemos debater uma forma de garantir segurança jurídica para as terras produtivas que seriam diretamente afetadas com uma possível revisão do marco temporal. As milhares de famílias que serão afetadas precisam ser respeitadas e protegidas do desemprego e da miséria, caso o marco temporal não seja estabelecido”, alerta o deputado Coronel Assis.

Coronel Assis afirma que debate sobre Marco Temporal afeta segurança jurídica do agronegócio

ELEIÇÕES 2024

Abílio Brunini busca apoio do governador para disputar a Prefeitura de Cuiabá, mas partido de Mauro tem seus próprios planos para a disputa

PL e Mauro só se aliam no 2º turno



Da redação

As eleições do ano que vem ainda estão distantes, mas suas articulações já estão a todo vapor. Lideranças partidárias e propensos candidatos buscam apoio e alianças com nomes e grupos de peso. Entre esses, o Partido Liberal tenta atrair apoiadores à candidatura do deputado federal Abílio Brunini, que deve disputar a Prefeitura de Cuiabá.

Na semana passada, o parlamentar pediu ao governador Mauro Mendes (União Brasil) que apoie sua empreitada. O "convite" foi feito durante uma viagem, que também contou com a participação do deputado federal Fábio Garcia (União Brasil) e do senador Wellington Fagundes (PL), presidente do partido em Mato Grosso.

Apesar de ainda estar distante, não é preciso ser vidente para concluir que o convite não dará frutos, pelo menos não no primeiro turno. Fábio Garcia é "o menino dos

olhos" do governador, seu afilhado político. Ele já deve enfrentar uma batalha interna pela candidatura, que também vem sendo pleiteada pelo presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Eduardo Botelho.

A julgar pela fala de Fagundes, ele também parece não esperar uma resposta positiva ao convite feito por Abílio. Em conversa com jornalistas na manhã de segunda-feira, 27 de março, ele enfatizou que a aliança deve surgir no segundo turno das eleições do ano que vem.

"Então, faz-se um primeiro turno, cada um mostra suas ideias e compõe no segundo turno. Ele [Abílio] pediu o apoio [de Mauro Mendes]... queremos que o União Brasil nos apoie. Nós queremos que esses dois [Eduardo Botelho e Fábio Garcia] nos apoie, acho que esse é o natural, buscar esse apoio. Como eu disse, Cuiabá tem eleição de dois turnos. É perfeitamente possível que saia muitos candidatos e aí depois, no segundo turno, tenha uma composição nova", ponderou.

Abílio não deve desistir da candidatura. Em 2020, ele disputou à Prefeitura de Cuiabá contra Emanuel Pinheiro (MDB), ficou na primeira colocação, foi ao segundo turno e



Abílio tenta atrair o apoio de Mauro Mendes; deputado e governador já se apoiaram em eleições passadas

protagonizou uma disputa acirradíssima, da qual foi derrotado por uma diferença mínima. Pinheiro venceu a eleição com 135.871 votos (51,15% dos válidos), enquanto Abílio recebeu 129.777 votos (48,85% dos votos válidos).

RACHAS- A disputa interna do União Brasil pode causar rupturas na agremiação, já que os dois pré-candidatos têm peso. Botelho teve uma votação expressiva na capital, enquanto Garcia tem a preferência do governador, além de ser o presidente estadual do partido.

Nessa toada, Fábio pode levar a melhor. Embora Botelho também seja próximo ao governador, ele mantém boa relação com o atual prefeito da capital, Emanuel Pinheiro (MDB), que vive em constante animosidade com Mauro. A briga entre os dois ultrapassa a adversidade política, podendo ser taxada de verdadeira inimizade.

O parlamentar não deu sinais de que pretende deixar sua atual legenda, mas deixa claro seu posicionamento de que pretende disputar a Prefeitura. Caso a

candidatura seja mais importante que sua permanência no partido, ele já tem portas abertas. O PSD, do ministro Carlos Favaro (Agricultura e Pecuária), já o convidou para se filiar às suas fileiras, com a promessa de ser o candidato ao Palácio Alencastro.

Uma composição com o partido poderia representar a ruptura de vez com o governador Mauro Mendes, por duas razões. A primeira é que a legenda é presidida por Favaro, que rompeu com o governador nas eleições do ano passado para se aliar

à esposa de Emanuel, Márcia Pinheiro (PV), que disputou o Governo do Estado, enfrentando Mauro nas urnas.

O segundo motivo é "filho" do primeiro, já que a aliança de Favaro e Emanuel deve se repetir no ano que vem. O grupo deverá ser composto pelo atual prefeito, que busca um nome de peso para o suceder. Márcia também deve ter um papel significativo no pleito, uma vez que assumiu um papel mais eleitoral no último ano e ficou em segundo lugar na disputa ao Governo do Estado.

RATEIO MAIS JUSTO

Senador defende aumento nos repasses ao FPM

Da redação

Na semana em que acontece a XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o senador Jayme Campos (União-MT) recebeu em seu gabinete, no Senado Federal, dezenas de caravanas formada por prefeitos, vereadores e secretários municipais para discutir projetos de interesse dos municípios de Mato Grosso. A todos, atendidos sepa-

radamente, fez questão de destacar seu engajamento na luta pelo fortalecimento do movimento municipalista.

Estiveram com o senador, entre outros, lideranças dos municípios de Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Paranatinga, Sorriso, Nova Olímpia, Porto Estrela, Tabaporã, Curvelândia, Campos de Júlio, Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. Jayme Campos também recebeu

prefeitos e vereadores de Cocalinho, Itauba e Guiratinga.

"Estamos aqui para apoiar os municípios. Ouvimos as reivindicações e vamos seguir trabalhando para assegurar os recursos que vão gerar os benefícios solicitados, de forma justa, pela população", disse o senador, ao exaltar a importância do evento promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que

reuniu na Capital Federal prefeitos de todo o Brasil.

Ex-governador e três vezes prefeito de Várzea Grande, Jayme Campos lembrou que "o município se situa na linha de frente da agenda nacional no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas diários dos brasileiros". Para ele, há muito o que se fazer para melhorar a situação dos municípios:

"Temos hoje uma Federação desequilibrada,

em que o poder central dispõe dos recursos e os estados e municípios têm que arcar com as responsabilidades crescentes".

Da tribuna do Senado, Jayme considerou ainda justa as reivindicações acopladas na pauta do movimento municipalista e pediu que o Congresso Nacional atue no sentido de aumentar os repasses dos impostos federais ao Fundo de Participação dos Muni-

cípios e na retomada de obras paradas nos estados e nos municípios.

Ele também pontuou pela necessidade de se garantir que a União não poderá criar encargos para os demais entes federados sem a previsão orçamentária. Ele ainda manifestou sobre a importância da boa gestão da previdência social pelos entes locais e a participação dos entes municipais no debate nacional e na reforma tributária.

SANEAMENTO BÁSICO

Kalil descarta privatização: "perda de recursos"

Da redação

O prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), descartou a possibilidade de privatização do Departamento de Água e Esgoto (DAE), ao menos em um futuro próximo. Em conversa com jornalistas na segunda-feira, 27 de março, ele afirmou que a privatização do DAE poderia fazer a cidade perder centenas de milhões em recursos para investimento no saneamento básico, provenientes de convênios com os governos estadual e federal.

Na última semana, Várzea Grande foi listada como um dos dez piores municípios do Brasil em questão de saneamento básico. De acordo com os dados do Instituto Trata Brasil, a cidade aparece em 9º lugar entre os índices mais baixos.

"Hoje não, porque nós temos vários in-

vestimentos. Inclusive, R\$ 160 milhões de recursos federais do PAC e, se a gente pensar em privatização, vai acabar perdendo esses recursos. Fora os recursos próprios que estão sendo investidos, recursos junto ao governo do Estado, emendas federais. A princípio, é cumprir o compromisso assumido em campanha e resolver de 90% a 95% do problema da água na cidade de Várzea Grande", afirmou o prefeito.

Apesar de descartar a possibilidade de privatização do DAE agora, Kalil admitiu que essa decisão poderá ser revista mais à frente. Antes disso, porém, deve ser feita uma pesquisa de opinião junto à população de Várzea Grande.

"Vamos pensar isso num segundo momento, depois de ter essas obras concluídas, esses avanços concluídos na

cidade. Aí, quem sabe, discutir com a sociedade várzea-grandense", afirmou.

Por hora, o objetivo da Prefeitura é concluir as obras que já estão em andamento para ampliar a capacidade de captação e tratamento de água. Kalil detalhou que três estações de tratamento devem ser concluídas nos próximos meses, o que deve dobrar a capacidade de captação e tratamento de água no município.

Entre esses investimentos está a construção de uma estação de tratamento de esgoto, quesito no qual a cidade teve um dos piores desempenhos no ranking do Trata Brasil, ficando abaixo da média nacional tanto no indicador de coleta de esgoto quanto no indicador de tratamento de resíduos.

"Tem investimento de R\$ 100 milhões em uma

estação de tratamento de esgoto na cidade de Várzea Grande, onde R\$ 15 milhões é com recurso próprio da Prefeitura. Então, nós estamos fazendo investimento e vamos mudar essa realidade no meu mandato. Inclusive, um reator dessa estação de tratamento de esgoto eu coloco para funcionar ainda esse ano", afirmou.

O prefeito também afirmou que pretende investir na melhora da rede de distribuição, outro quesito no qual Várzea Grande 'levou tinta'. Segundo o ranking do Trata Brasil, o índice de perdas na distribuição passa de 70% na cidade, quase o dobro da média nacional, que é de 36,51%.

"Nós produzimos hoje quase 700 litros por segundo. Até o final do meu mandato, nós vamos produzir quase 1.400. Nós vamos

dobrar a capacidade. E aí vamos fazer investimentos paralelos, de recuperação de rede, ampliação de rede... tem

muita rede antiga. Para você ter uma ideia, tem rede aqui de quando minha avó foi prefeita, em 1970", explicou.



Kalil garante que irá dobrar capacidade de captação de água até o final de seu mandato

TROCA DE ACUSAÇÕES

Prefeito afirma que suposto déficit de R\$ 548 milhões é referente a repasses do Tesouro à Saúde: “relatório leviano e cheio de erros”

Emanuel diz que rombo é mentira



Gabriel Soares

A Prefeitura de Cuiabá acusou o Gabinete de Intervenção de mentir sobre um suposto déficit de mais de R\$ 548 milhões no orçamento da Saúde para 2023. A informação consta no primeiro relatório técnico enviado pelo gabinete aos órgãos de controle. Em nota encaminhada à imprensa na terça-feira, 28 de março, a Prefeitura afirma que não existe déficit, pois esses valores seriam referentes a repasses do Tesouro Municipal para a Saúde Pública, já previstos na Lei Orçamentária Anual de 2023.

Conforme a Prefeitura, o Gabinete de Intervenção considerou ape-

nas as receitas próprias da Secretaria de Saúde e da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, que devem somar R\$ 995 milhões no ano de 2023. Deduzindo desse valor as despesas previstas para o ano, que somam R\$ 1,543 bilhão, chega-se ao déficit mencionado, de R\$ 548 milhões.

“O financiamento da Saúde Pública de Cuiabá, cuja despesa fixada para 2023 é de R\$ 1.543.291.000,00, possui como fontes as receitas do SUS União e Estado que representam receita diretamente arrecadada pelo Fundo de Saúde de R\$ 995.056.000,00 mais os repasses da fonte de recursos oriundos de impostos arrecadados pela fazenda municipal e depositados na conta do Fundo de Saúde, que na LOA 2023 prevê o valor de R\$ R\$ 548.235.000,00”, diz a nota.

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou que a interpretação errônea do orçamento da Secretaria de Saúde demonstra despreparo e desconhecimento da



Emanuel afirma que gabinete de intervenção divulga informações falsas para “macular a gestão”

equipe de intervenção em relação à gestão de recursos públicos.

“Esses são os dados técnicos responsáveis e verdadeiros, que mostram as receitas previstas arrecadadas pela SMS e ECSP, incluindo os repasses previstos do

Teto Mac e Estado. É a receita prevista para o ano de 2023, isso mostra o incrível despreparo do Gabinete de Intervenção, que apontou tais dados como déficit, justamente aquilo que é para ser repassado do tesouro municipal para a

Secretaria Municipal de Saúde. Relatório leviano e cheio de erros”, afirmou o prefeito.

Segundo a Prefeitura, a divulgação de dados errados tem como objetivo ‘sujar a imagem’ da gestão frente à população cuiabana. “[...] mais

uma vez, comprova que a intenção é tentar macular a gestão, usando subterfúgios midiáticos, claramente produzidos, para garantir o efeito de caos”, disparou.

TROCA DE ACUSAÇÕES - Esta não é a primeira vez que a Prefeitura de Cuiabá acusa o Gabinete de Intervenção de divulgar informações mentirosas. No dia 18 de março, a Prefeitura divulgou nota acusando a equipe de mentir a respeito da falta de bombas de infusão para operação de leitos de UTI pediátrica na capital.

Na ocasião, o gabinete informou que emprestou 35 bombas de infusão de hospitais estaduais para reabrir leitos de UTI na rede pública de Cuiabá. Porém, a Prefeitura afirmou que os leitos de UTI pediátrica foram desativados devido ao descumprimento de um acordo feito entre o grupo de intervenção e a empresa responsável por operar os leitos, durante a primeira intervenção na Saúde, em janeiro deste ano.

UTIS PEDIÁTRICAS

Deputado acusa intervenção de contratar laranja

Gabriel Soares

O deputado estadual Valdir Barranco (PT) apresentou uma denúncia na terça-feira (28) contra o Gabinete de Intervenção da Saúde, apontando suposta ilegalidade na contratação de serviços médicos para Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) Pediátrica. Em entrevista coletiva ao lado do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e do presidente da Câmara de Cuiabá, Chico 2000, o deputado afirmou que o valor estimado do contrato é de R\$ 500 mil.

Segundo o deputado, a empresa “APP Serviços Médicos LTDA”, que tem como sócia-proprietária Andréia Alves da Silva, foi contratada sem a realização de qualquer processo de licitação.

“Os médicos já estão trabalhando por esta empresa, sem nenhuma segurança também, ao ponto em que eles podem também vir a não conseguir receber caso não seja efetivado um con-

trato dessa natureza”, afirmou o deputado.

Documentos apresentados pelo deputado apontam que a empresa foi aberta em abril de 2022 e conta com um capital social de R\$ 20 mil reais, o que, em sua avaliação, demonstra que não seria capaz de prestar serviços tão completos como o atendimento às UTIs Pediátricas. Além disso, o deputado afirma que o endereço informado pela empresa não existe.

“Eu até pedi para minha equipe ir lá nesse endereço, juntei aqui a foto. Na fotografia, é possível ver que tem uma casa lá, mas não tem nada que identifique como sendo dessa empresa”, afirmou.

Barranco apontou ainda que Andréia recebeu o benefício de Auxílio Emergencial do governo federal nos anos de 2020 e 2021, no total de 13 parcelas.

“Eu não usei o termo laranja, mas é isso. Andréia Alves da Silva não tem condições de ser a proprietária, a não ser

que ela tenha ganhado na Mega Sena ou qualquer outro empreendimento que ela tenha feito por período de tempo, de ter se alavancado de quem recebia auxílio-emergencial e era funcionária da empresa do Daoud para se tornar proprietária de uma empresa que vai ter essa musculatura para prestar um serviço tão relevante que são as UTIs pediátricas aqui de Cuiabá”, disse o deputado.

A denúncia também cita possível vinculação de Andréia Alves da Silva e da empresa APP Serviços Médicos Ltda. ao médico Daoud Abdallah, que possui vínculo político e pessoal com o governador Mauro Mendes (União), tendo ocupado o cargo de secretário-adjunto de Saúde quando Mauro era prefeito de Cuiabá.

Conforme o deputado, a empresa de Andréia possui em sua ficha o mesmo número de telefone e endereço de e-mail que as empresas Equipe Assistência Médica Ltda. e EQUIPEMED Assistência Médica Ltda.,

ambas pertencentes a Daoud Abdallah.

OUTRO LADO - O Gabinete de Intervenção se manifestou por meio de nota.

O Gabinete de Intervenção do Estado na Saúde de Cuiabá esclarece que a contratação emergencial da empresa APP Serviços Médicos LTDA foi realizada com o objetivo de restabelecer o imediato funcionamento dos 10 leitos de UTI pediátrica no Hospital Municipal de Cuiabá, fechados há dois meses.

O valor contratado é 10% inferior ao pago anteriormente pela Prefeitura da Capital.

A contratação, de caráter urgente e provisório, valerá somente até que a licitação para uma nova empresa seja realizada.

O médico Daoud Abdallah também se manifestou por meio de nota.

EM RESPEITO À VERDADE - Diante dos últimos acontecimentos em Cuiabá na área de saúde que envolveram o nosso nome e da minha empre-

sa, venho a público repor a verdade dos fatos, em respeito à sociedade cuiabana. Vamos aos fatos.

- Não sou proprietário da empresa APP Serviços Médicos Ltda, que pertence a Andréia Alves da Silva. Tenho uma ótima relação profissional com a Andréia, que trabalhou comigo de 2016 a 2019, com carteira assinada, na condição de pessoa física. Posteriormente, celebramos vários contratos de prestação de serviços com a sua pessoa jurídica.

- Atualmente a empresa da Andréia também presta serviços médicos no município de Rondonópolis, desde dezembro do ano passado.

- A empresa da Andréia foi contratada para viabilizar equipe a fim de restabelecer o funcionamento da UTI pediátrica de Cuiabá, que estava sem prestar serviços à cidade há três meses. Fui consultado pelo colega Vinicius Farina - diretor técnico da empresa APP - para auxiliar na missão de recolocar em funcionamento a UTI pediátrica.

- O nosso interesse em auxiliar neste período excepcional foi apenas o de servir a cidade em que vivemos, em preço de mercado e sem corrupção.

- A minha empresa não participou dessa cotação de preços e nem nunca participou de mesmas licitações que a APP.

- A UTI foi reaberta há uma semana e até o momento já foram internadas doze crianças, com cinco altas, resultado que pode ser considerado excelente, em função da enorme capacidade profissional de todos os pediatras que foram contratados.

- Pela experiência profissional que tenho, sei que o contrato ora celebrado é emergencial e que normalizada a situação, o poder público será obrigado a fazer concorrência para saber quem estará habilitado a continuar tocando o serviço.

- Para que a verdade não fique sepultada.

DAOUD ABDALLAH
Médico

TRANSPARÊNCIA

Lei obriga comércios e bancos a divulgar juros

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil) sancionou uma lei de autoria do deputado Valdir Barranco (PT), que obriga a divulgação das taxas de juros do comércio nas vendas a prazo e no crédito, garantindo maior transparência e informação aos consumidores.

De acordo com o texto da lei, os estabelecimentos comerciais, as instituições financeiras e as instituições bancárias situados em Mato

Grosso deverão afixar de forma clara e visível tabelas contendo as taxas de juros anuais praticadas nas vendas a prazo e no crédito ao consumidor.

As tabelas deverão informar as taxas mínima e máxima para cada tipo de financiamento, considerando o montante dos juros de mora, a efetiva taxa anual de juros e os acréscimos legalmente previstos.

O Procon terá a responsabilidade de fiscalizar a correta disposição das tabelas e a veraci-

dade das informações apresentadas pelo estabelecimento, diz a lei. Além disso, toda publicidade envolvendo operações de crédito e vendas a prazo deverá especificar as taxas de juros anuais cobradas pelo anunciante.

A nova lei estabelece um prazo de 90 dias para que os estabelecimentos se adequem ao que está previsto, e a não observância ao contido nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

NOVA REGRA

Energisa terá que facilitar pagamento antes do corte

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil) sancionou uma lei que estabelece que as concessionárias de serviços públicos relacionados à água e energia elétrica deverão oferecer a opção de pagamento por cartão de débito e crédito antes de suspenderem o serviço fornecido aos consumidores.

A Lei nº 12.035, sancionada em 24 de março de 2023, é de autoria do deputado Wilson Santos (PSD).

De acordo com a nova legislação, as empresas concessionárias deverão oferecer a possibilidade de quitar débitos pendentes antes da suspensão do serviço, e a opção de pagamento deverá ser oferecida no mesmo dia e em momento anterior à suspensão.

A máquina do cartão será de porte obrigatório dos agentes concessionários que efetuam as suspensões de fornecimento.

Além disso, o pagamento do débito impossibilitará a suspen-

são do fornecimento do serviço e, caso o agente concessionário esteja desprovido da máquina de cartão no momento da suspensão, ela não poderá ser realizada. No entanto, se o consumidor não for encontrado no momento do desligamento, a suspensão do serviço fica autorizada.

A Lei também prevê que o Poder Executivo poderá regulamentar a aplicação da nova legislação, que entrará em vigor 120 dias após a data de sua publicação.

VIROU NOVELA

Governador reclama de demora do governo federal para decidir sobre estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães

"Escuta, concorda, mas faz nada"



Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (União) se declarou inconformado com a demora do governo federal para dar uma resposta ao seu pedido de estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Em conversa com jornalistas na terça-feira, 28 de março, o governador afirmou que a situação "parece piada de mau gosto" e reclamou da falta de sensibilidade do governo federal.

Mauro tratou do assunto diretamente com o presidente Lula (PT) durante sua visita a Rondonópolis, no co-

meço deste mês. O governador está há mais de dois anos tentando trazer a administração do parque para o governo de Mato Grosso, mas não teve sucesso.

"Não teve eco no governo anterior e não está tendo eco no governo até agora. Todo mundo escuta, todo mundo concorda, mas ninguém faz nada. E vai ficar aquele parque como está lá até hoje: abandonado, sem investimento, sem infraestrutura, e agora passando para a iniciativa privada o cidadão vai ter que pagar quase 100 reais. É um verdadeiro absurdo", desabafou.

Alvo principal da crítica é o processo de concessão à iniciativa privada. O governo chegou a participar do leilão, por meio da MT Participações e Projetos S.A., mas acabou sendo eliminado por problemas na documentação. A vencedora do leilão foi a empresa Parques Fundos de Investimento em



Mauro avalia que situação envolvendo o Parque de Chapada parece "piada de mau gosto"

Participações em Infraestrutura (Parquetur), que propôs um investimento de R\$ 18 milhões na infraestrutura turística do parque ao longo dos próximos 30 anos.

Para o governador, a proposta é irrisória, visto que a empresa poderá cobrar ingresso para visitação, em valores que podem chegar a R\$ 100 por pessoa. O

governo até tentou recorrer à Justiça para desfazer sua eliminação no processo, mas o recurso foi rejeitado pelo juiz federal Pedro Francisco da Silva.

Na tentativa de sensibilizar o governo a desfazer o processo licitatório e entregar o parque ao Estado, Mauro propôs investir R\$ 200 milhões na infraestrutura turística dentro dos próximos quatro anos. Porém, não parece ter sido suficiente.

"Olha, parece piada o que está acontecendo. De mau gosto, diga-se de passagem. Porque, tó cansado de repetir esse argumento, que parece para mim tão óbvio. Olha, passe esse parque para o Estado, temos condição de fazer melhor do que a União. O que está sendo feito aí com essa empresa privada, que já ganhou todos os parques do Brasil, a mim parece que não cheira muito bem", afirmou.

Conforme o Estádio Mato Grosso noticiou em fevereiro, a proposta de estadualizar o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães não agradou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.



Presidente da Fiemt explica que maior temor é que mudança na tributação cause perda da capacidade de investimento do Estado

TRIBUTAÇÃO

Reforma preocupa indústria de MT

Da redação

A reforma tributária que está sendo elaborada pela União tem preocupado empresários de Mato Grosso, que temem a perda de capacidade do Estado para fazer investimentos. O motivo da preocupação é a falta de clareza de como vai funcionar o Imposto de Valor Agregado (IVA), que deverá substituir impostos federais, estaduais e municipais e seria cobrado no consumo.

O IVA tem potencial para beneficiar estados com alta densidade demográfica, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que pode prejudicar estados com menos população, como é o caso de Mato Grosso. A preocupação foi exposta pelo presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Silvio Rangel.

"Todo mundo sabe que Mato Grosso é um grande produtor, mas nós temos um consumo menor, nós temos uma população menor do que outros estados. Então, se isso vai ser gerado lá no consumo, nós vamos perder, porque a gente é produtor. Entendemos que isso seria ruim para o Estado de Mato Grosso, para o avanço que a gente está tendo em Mato Grosso", disse.

Ainda segundo Silvio Rangel, a Fiemt tem atuado em busca de um consenso entre os estados produtores, para que a reforma contemple as diferentes realidades de cada região do país. A sugestão inicial seria de fazer uma diferenciação dos Estados que estão em crescimento, Estados que estão distantes dos consumidores, dos demais Estados já desenvolvidos.

Silvio questiona, por exemplo, como seria a cobrança do IVA sobre o etanol e como esse imposto voltaria para os cofres do governo estadual. Mato Grosso produziu 4,27 bilhões de litros do biocombustível na safra 2022/2023. Dessa quantidade, apenas um bilhão é consumido no estado e o restante é exportado para outros estados brasileiros.

Mato Grosso arrecadou R\$ 745,8 milhões só com a produção do etanol em 2022, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). Hipoteticamente, se o imposto cobrado sobre o etanol exportado a outros estados fosse cobrado no consumo, Mato Grosso iria arrecadar apenas R\$ 186,4 milhões, já que consome apenas 25% do etanol produzido.

Sendo assim, Mato Grosso perderia cerca de R\$ 559 milhões somen-

te com o imposto sobre o etanol. Para se ter ideia, esse montante é quase o mesmo que o Governo do Estado pretende investir somente em 2023 na rodovia federal BR-163, mais conhecida como 'rodovia da morte', devido aos acidentes fatais diários, geralmente provocados pela falta de duplicação e más condições da via.

"Eu acho que esse é um grande ponto. Então, tem que ter um equilíbrio nessas condições para que realmente o nosso Estado não perca os investimentos. O Estado tem um poder de crescimento muito grande, mas dependendo de uma reforma, isso pode ser prejudicado", disse Silvio Rangel.

INVESTIMENTOS TRAVADOS - A diretora executiva das Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (BIOIND/MT), antigo Sindalcool/MT, Lhais Sparvoli, afirma que a reforma e suas incertezas têm provocado a retenção momentânea dos investimentos, pois os empresários precisam de mais previsibilidade de retorno dos investimentos.

"Muitos me perguntam: como é que vão ser os investimentos? Tudo depende. É aquela resposta do 'depende o que vai sair na lei'", afirma Lhais.

PESQUISA PERCENT

64% dos cuiabanos aprovam fim do VLT e implantação do BRT

Da redação

Mais da metade dos cuiabanos concorda com a substituição do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido, o BRT, em Cuiabá. Os dados são da pesquisa do Instituto Percent Brasil, divulgado na segunda-feira, 27 de março. Dos 600 participantes, 64,4% responderam que concordam, 27% que discordam e outros 8,7% não souberam responder. A coleta de informações foi realizada entre os dias 27 de fevereiro e 3 de março deste ano, por telefone.

Desde 2014, a população cuiabana espera pela entrega do VLT, prometido para a Copa do Mundo daquele ano. A partir daí a troca de modal é tema de diversas ações na Justiça, e

um dos maiores embates entre o governador Mauro Mendes (União Brasil) e o prefeito da capital, Emanuel Pinheiro (MDB).

Neste ano, o governador assinou o contrato para início das obras de implantação do BRT, que interligará Cuiabá e Várzea Grande. A obra é orçada em R\$ 468 milhões e tem previsão de ser concluída em até 30 meses pelo Consórcio Construir BRT Cuiabá, liderado pela Nova Engenharia.

O prefeito da capital até tentou reverter a decisão acionando o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas Estadual (TCE) para impedir a construção do BRT e garantir a conclusão do VLT. O pedido foi rejeitado pelo TCE, mas aceito pelo

TCU, que na época determinou a suspensão do processo licitatório. Tempos depois, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que não havia motivos para o TCU atuar no processo e anulou a decisão.

No começo deste mês de março, a empresa responsável pela implantação do modal começou a retirar os trilhos que darão lugar a um novo corredor viário.

SOBRE A PESQUISA - Dos entrevistados, 54,4% eram mulheres e 45,6% homens. A maioria (30%) tinha entre 45 e 49 anos, e mais da metade tinha o ensino superior completo/incompleto (56,9%). O estudo tem intervalo de confiança de 95%, com margem de erro de 4% para mais ou para menos.

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS

PESO NO BOLSÃO

Estados concluem negociação e fecham acordo para ICMS único de R\$ 1,45 por litro em todo o território nacional; medida passa a valer em julho

Gasolina pode subir 53 centavos

Gilberto Leite

**Da redação**

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou na quarta-feira, 29 de março, o convênio de ICMS que unifica a cobrança do imposto sobre operações com gasolina e etanol anidro em todo o território nacional, no valor de R\$ 1,45 por litro. A mudança da metodologia de cobrança do ICMS deve impactar o preço da gasolina em Mato Grosso em até 53 centavos.

"O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, nas operações, ainda que iniciadas no exterior, com gasolina e etanol anidro combustível", diz o primeiro parágrafo do convênio.

A medida deve entrar em vigor a partir do dia 1º de julho deste ano e tem potencial para elevar a inflação oficial do país em meio ponto percentual.

Atualmente, a gasolina tem um ICMS de 17% e o Preço Médio Ponderado Final (PMPF) está em R\$ 5,3968. Portanto, hoje é cobrado 91 centavos de imposto no litro da gasolina. A partir de julho, o ICMS será em valor fixo de R\$ 1,4527 em todo o território nacional. Ou seja, R\$ 0,53 mais caro para os motoristas de Mato Grosso - a diferença se dá pelos centésimos.

A uniformização do imposto em todo o território nacional é resultado da lei complementar 192/2022, do deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (MDB-MT). A medida também era defendida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que chegou a enviar um projeto de lei ao Congresso com o mesmo objetivo.

A lei determina que o ICMS incidirá uma única vez sobre todas as operações com combustíveis e estipula que o valor do imposto deverá ser definido em uma unidade fixa por litro.

O valor de R\$ 1,45 foi estipulado em negociações envolvendo União, Estados e o Distrito Federal, com intermediação do Supremo Tribunal Federal (STF). Durante as negociações, os Estados optaram por um patamar que não causasse perda de arrecadação para nenhuma unidade federativa.



Atualmente, motoristas de MT pagam 91 centavos de imposto sobre o litro de gasolina

Como a carga de ICMS varia de acordo com o Estado, com percentuais entre 17% e 23%, a escolha foi por um patamar mais elevado, já que o valor deve ser único em todo o país.

Analistas ouvidos pelo jornal Valor Econômico apontam que a medida irá impactar a inflação do mês de julho, mas que seus efeitos ficarão restritos a esse mês. A leitura dos analistas é que os postos irão repassar todo o aumento de imposto ainda em julho. Portanto, a inflação acumulada de 2023 deve ficar 6%.

MUDANÇA NO DIESEL - O Confaz já havia publicado, em dezembro de 2022, a alíquota única do diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (GLP), o popular gás de cozinha, para todo o território nacional. A alíquota fixa do diesel e biodiesel foi fixada em R\$ 0,9456 por litro. Já o imposto sobre o gás de cozinha foi estipulado em R\$ 1,2571 por kg. Os novos valores passam a valer neste sábado, 1º de abril.

TIRO PELA CULATRA - Em debate desde meados de 2021, a lei complementar

192/2022 tinha objetivo de reduzir o preço dos combustíveis no país. À época, os preços estavam em ascensão devido a questões geopolíticas, o que causou enorme pressão sobre a inflação no Brasil.

Porém, o Estadão Mato Grosso alertou em reportagem publicada em outubro de 2021 que a adoção de uma alíquota única de ICMS para todo o país seria prejudicial para os consumidores. Isso porque a escolha da alíquota ficaria a cargo do Confaz, onde os governos estaduais tem maior poder. Ou seja,

difícil seria aprovada uma carga tributária que causasse prejuízo para os Estados.

À época, um estudo da Confederação Nacional dos Municípios já alertava que o ICMS sobre a gasolina poderia atingir R\$ 1,40 por litro.

"Adicionalmente, fixar um valor fixo por litro evita o aumento do tributo em um eventual aumento do preço, porém também impede redução em eventual queda. Nessa última hipótese, a composição do tributo no preço final vai aumentar", alertou a entidade.

TENDÊNCIA DE ALTA

Boi atinge maior valor em 2 meses

Christiano Antonucci / Secom-MT

Da redação

O preço da arroba do boi gordo à vista voltou a reagir com a volta das exportações de carne bovina para a China e abertura do mercado do México. As exportações para o gigante asiático foram interrompidas no dia 23 de fevereiro, após o Brasil registrar um caso atípico da doença da vaca louca no município de Marabá, no Pará.

De acordo com o Imea, antes do embargo, a arroba estava sendo negociada a R\$ 246,5, no dia 22 de fevereiro. As exportações foram imediatamente suspensas

no dia 23. Após o registro da doença, o preço da arroba apresentou sucessivas quedas, chegando em R\$ 236,50, a mínima nesse curto período, registrada no dia 28. Esses valores foram registrados em Cuiabá.

O anúncio da abertura do mercado mexicano ajudou a segurar a cotação do boi gordo. O anúncio foi feito no dia 7 de março, quando a arroba estava em R\$ 240,86. Depois disso, a arroba seguiu se valorizando e, após a reabertura do mercado chinês, o preço subiu para R\$ 248,2 no dia do anúncio da retomada dos negócios com a China.

Já na segunda-feira (27), o preço da arroba do boi, em Cuiabá, já era de R\$ 250. A última vez que o preço da mesma arroba chegou a esse valor foi no dia 13 de janeiro desse ano. Porém, mesmo com o reajuste, o preço é insuficiente para cobrir os custos de produção que, para o sistema 'recria/engorda', estava em torno de R\$ 264 (no último trimestre de 2022).

O boletim semanal da bovinocultura, elaborado pelo Imea, destaca que a retomada dos negócios com a China pode ajudar ainda mais o preço da arroba. O Instituto também destaca que

foram 28 dias de embarques suspensos e que a autoridade sanitária chinesa também habilitou mais um frigorífico em Guarantã do Norte para exportar carne.

"Além disso, plantas nos estados de Rondônia, Espírito Santo e Paraná receberam habilitação para iniciar os envios da proteína bovina à China. O encerramento do embargo, somado às habilitações das indústrias, pode refletir na recuperação do preço da arroba, além da receita e do volume das exportações de carne bovina mato-grossenses para os próximos meses", diz.



Abertura do mercado mexicano seguiu as cotações do boi gordo e os preços voltaram a subir após retomada das importações chinesas

IMPOSTO DE RENDA

Fim da obrigação de declarar ações exige atenção

Wellton Máximo/ABR

A Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2023 trouxe uma novidade para um dos tipos de investidor que mais sofrem na hora de preencher o documento: quem aplica na bolsa de valores. Neste ano, a Receita isentou da obrigação de declarar quem fez operações de venda de baixo valor ou não teve lucro. A simplificação, no entanto, bene-

ficia menos pessoas do que aparenta.

O contribuinte que se enquadra em outros critérios de obrigatoriedade para preencher a declaração anual precisa continuar a declarar os investimentos em renda variável, mesmo que tenha vendido baixos valores ou apenas comprado ações no ano passado. Quem faz o alerta é Diego Figueiredo, diretor de Operações da fintech Grana Capital. A empresa oferece um aplicativo

para automatizar a gestão do Imposto de Renda para investidores da bolsa de valores.

"A declaração do Imposto de Renda é como uma foto. Da mesma forma que, num documento oficial, a gente não pode tirar foto de óculos e boné, a Receita Federal vai exigir a melhor fotografia possível da comprovação dos rendimentos", comenta Figueiredo. "A partir do momento em que o contribuinte é obrigado a declarar o Imposto de

Renda, deve apresentar as informações da forma mais detalhada possível."

MUDANÇAS - Até o ano passado, o contribuinte que tivesse qualquer valor aplicado na bolsa de valores, mercadorias, futuros ou similares era obrigado a declarar Imposto de Renda (IR). Mesmo se tivesse tomado prejuízo ou apenas comprado ações (sem vender nenhum papel) no ano anterior. Neste ano, a regra

mudou. Apenas quem vendeu mais de R\$ 40 mil em renda variável ou que teve lucro de qualquer valor na venda no ano anterior precisará preencher a declaração.

Se a soma das vendas - não do lucro - das ações ficar abaixo de R\$ 20 mil por mês e o investidor não fez day trade (comproou e vendeu papéis no mesmo dia), haverá isenção de Imposto de Renda. No entanto, mesmo nesses casos, será necessário

declarar os ativos e o resultado das operações, porque houve lucro no ano anterior.

"A Receita fez essa mudança porque detectou que cerca de 500 mil investidores declararam Imposto de Renda no ano passado apenas porque tinham ações. Então resolveu simplificar as regras até para ajudar o pequeno investidor, que muitas vezes se atrapalhava na hora de preencher a declaração", diz Figueiredo.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Sonho antigo, a internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, parece estar mais próxima de se tornar realidade

Obras devem terminar em dezembro



Da redação

A tão sonhada internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, parece estar mais próxima de se tornar realidade. Na última segunda-feira (27), autoridades públicas e representantes da concessionária Centro-Oeste Airports (COA) realizaram uma visita nas obras para abrigar os "recintos alfandegados e áreas de migração".

De acordo com o diretor-presidente da COA, Marco Migliorini, as obras devem ser concluídas em dezembro deste ano, abrindo espaço para que os órgãos necessários para a internacionalização se instalem no local. Diversos órgãos devem atuar no aeroporto, dentre eles: Polícia Federal, Receita Federal, Anvisa, Ministério da Agricultura, dentre outros.

"Em dezembro, as estruturas já serão entregues para que esse



Obras para internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon devem ser concluídas até dezembro, diz concessionária

processo possa ser continuado, esse processo nunca parou. A internacionalização não está parada, o processo está em andamento e, agora, nós temos essa fase dos investimentos sendo concluídas", disse Migliorini, em entrevista a jornalistas nesta segunda.

Ele não citou quanto de investimento o Aeroporto Marechal Rondon está fazendo, mas o total previsto em todos os aeroportos sob a administração da COA chega a

R\$ 500 milhões ao longo da concessão. A COA detém a concessão dos Aeroportos de Sinop, Alta Floresta e Rondonópolis. "Todos têm a mesma importância", pontuou o presidente.

Também segundo Migliorini, a COA está trabalhando um "plano B" para que a internacionalização ocorra antes do prazo previsto, mas apenas para voos executivos privados.

"É uma estratégia que a gente está tentando, mas dependemos

(SIC) dos entendimentos dos órgãos públicos, o governo do Estado está nos apoiando firmemente nessa demanda", acrescentou.

O diretor-presidente da COA também minimizou as críticas de políticos durante o evento, que reclamaram do atraso das obras, que já deveriam estar prontas em março deste ano. Migliorini atribuiu o atraso às paralisações em razão da pandemia de covid-19, o que provocou incertezas e reduziu o

movimento do aeroporto em 95%.

Os secretários de Desenvolvimento Econômico e da Casa Civil, César Miranda e Mauro Carvalho, respectivamente, também estiveram presentes no evento para acompanhar o andamento das obras. Ambos os gestores demonstraram estar confiantes de que a empresa vai concluir dentro do prazo previsto.

"Isso é uma demanda de Mato Grosso, de todos os segmentos econômicos, a gente espera por isso há muitos anos e torcemos (SIC) para que esse cronograma de 2023 seja cumprido, as obras sejam finalizadas, que a gente tenha definitivamente um aeroporto não só para voos domésticos, como também os voos internacionais", afirmou César Miranda.

Aeroporto de Sinop será 'triplicado'

Da redação

O Aeroporto João Batista Figueiredo, em Sinop, terá a segunda maior pista de pouso e decolagem de Mato Grosso, atrás apenas do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande. A informação foi revelada pelo diretor-presidente da Centro-Oeste Airports (COA), Marco Migliorini, na última segunda-feira (27), durante conversa com jornalistas no Aeroporto de VG.

Além disso, a concessionária pretende triplicar o terminal de passageiros, passando de 1,8 mil metros quadrados (m²) para 6 mil m².

"A pista de pouso de Sinop, que vai passar a ter 2 mil metros, vai ser a segunda maior pista do Estado. E, além disso, vai poder captar outros tipos de aeronave e outros tipos de voos", disse.

Ainda de acordo com Migliorini, os demais aeroportos sob a tutela da COA, de Alta Floresta e Rondonópolis, contarão com terminais de passageiros totalmente novos.

A empresa planeja investir cerca de R\$ 500 milhões nos quatro aeroportos de Mato Grosso, os quais deverá administrar por 30 anos, conforme o contrato de concessão.

AUDIÊNCIA NO SENADO

'Americanas não pode mais errar', diz novo CEO

Karine Melo/ABR

Em audiência pública na terça-feira (28) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o novo CEO (diretor executivo) da Americanas, Leonardo Coelho Pereira, ressaltou que a varejista "não pode mais errar", se quiser sobreviver. Em janeiro deste ano, a empresa entrou em recuperação judicial após declarar inconsistências fiscais de R\$ 20 bilhões e dívidas da ordem de R\$ 43 bilhões.

O caso gerou suspeitas de fraude e está sob investigação. "A Americanas,

depois da recuperação judicial, não pode mais errar", afirmou Pereira.

Ao falar sobre o plano de recuperação judicial apresentado pela companhia, o executivo disse que a companhia tem possibilidade de superar a crise. Segundo Pereira, comparado aos demais planos de varejo brasileiros, o da Americanas é muito melhor, foi construído por várias mãos e já conseguiu reunir credores.

"O que a Americanas propõe é reajustar aquele 'desbalanço' que aconteceu nos seus demonstrativos financeiros. O que se faz é equacionar o montante de dívida

que a empresa consegue pagar, diante da sua capacidade de geração de caixa", explicou.

Pereira reforçou que existe possibilidade de recuperação da Americanas. "É um ativo resiliente, formado por 40 mil pessoas, que aguentou muita malcriação nesses últimos 45 dias, e continua gerando emprego e faturamento", disse aos senadores.

Ainda no Senado, o diretor executivo da Americanas admitiu que a varejista não tem "mais capacidade de levantar recursos pelo sistema financeiro". "Com esse aporte dos

acionistas de referência [R\$ 10 bilhões], temos uma estratégia para a Americanas continuar operando", ressaltou.

"Não tivemos demissões em massa, nem encerramento de lojas em massa. Estamos tentando encontrar formas de recuperar o valor desse ativo", acrescentou.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA - Também presente à audiência no Senado, o ex-presidente executivo da empresa Sérgio Rial disse que a gestão de Miguel Gutierrez criou dificuldades para a sucessão e a divulgação de informações sobre a real situa-

ção da companhia. Em meio a críticas a Gutierrez, que comandou a companhia por 20 anos e não atendeu ao convite dos senadores para prestar esclarecimentos, Rial falou sobre curto período que ficou como CEO e os motivos que o levaram a deixar o cargo.

Em janeiro, cerca de 10 dias após ser empossado no cargo, Rial pediu demissão da presidência executiva da Americanas. Ele disse que não houve nenhum tipo de transição.

"Do dia 4 ao dia 11, eu não recebi nada no papel. Eu extraía, a conta-gotas, as informa-

ções dia após dia com o diretor financeiro. Não havia predisposição para explicar tudo o que aconteceu e como aconteceu, nada disso. O que eu sabia é que a empresa tinha muito mais dívida bancária do que havia reportado. E o que eu não sabia: como conseguiram fazer isso durante tanto tempo e por quê?", enfatizou.

De acordo com Rial, seu antecessor, Miguel Gutierrez, não quis que ele participasse de reunião de fechamento do ano da companhia. "As informações eram muito controladas por ele e por sua diretoria", disse Rial.

PÁSCOA

Varejo deve faturar 2,8% a mais que em 2022

Alana Gandra/ABR

O comércio varejista brasileiro deverá vender R\$ 2,49 bilhões para a Páscoa deste ano, um aumento de 2,8% em comparação com o mesmo período de 2022, já descontada a inflação. O resultado ficará, entretanto, 2,7% abaixo do registrado em 2019, que atingiu R\$ 2,56 bilhões. A estimativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Páscoa representa a sexta data comemorativa mais relevante do calendário do varejo.

"Essa data comemorativa deve ficar aquém do nível de vendas de

2019. E, basicamente, são duas razões para isso", disse, nesta quarta-feira (29), à Agência Brasil o economista da CNC, Fabio Bentes.

A primeira razão é o comportamento dos preços, com a alta da inflação. "Os preços dos alimentos têm subido bastante e os itens específicos da Páscoa devem ter aumento de 8%. Se confirmado esse reajuste, será a maior alta desde 2016", informou. Naquele ano, os preços da cesta de produtos da Páscoa tiveram expansão de 10,3%.

O segundo fator para o faturamento do setor ser menor que o de 2019

é que a Páscoa não é uma data comemorativa com apelo tão grande como o Natal, dia das Mães e a Black Friday, disse Bentes. Além disso, o consumidor deve ficar um pouco mais cauteloso.

"A data se insere no contexto de recuperação da economia, mas não consegue atingir o faturamento de antes da pandemia por conta da variação dos preços nos últimos meses, e, especificamente, os preços dos alimentos da Páscoa", explicou.

Por estados, são esperadas altas de vendas em Santa Catarina (7,9%), Ceará (7%) e Espírito Santo (6,8%).

Já os maiores volumes de vendas deverão se concentrar em São Paulo (R\$ 977,02 milhões), Minas Gerais (R\$ 273,11 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 243,99 milhões) que, juntos, responderão por 60% do volume financeiro gerado para a data.

IMPORTAÇÃO - Outro indicador de que o varejo está apostando em uma Páscoa moderada este ano é que as importações de chocolate, embora tenham crescido 6,5% em relação a 2022, somando 2,76 mil toneladas, não conseguiram igualar as compras de 2020, que somaram três mil toneladas.

Em relação a outro produto típico da época - o bacalhau -, a CNC registrou queda de 32,7% na quantidade importada ante a Páscoa do ano passado, totalizando 3,69 toneladas contra 5,48 toneladas em 2022.

Os números foram tabulados pela entidade de acordo com registros da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). No que tange ao bacalhau, cujo quilo custa bem mais caro que o dos chocolates, o varejo percebeu que o consumidor não está com o bolso muito farto e, aí, não investiu muito na importação do produto.

"Foi a menor importação de bacalhau desde 2020, que foi a primeira Páscoa atípica do comércio. Esse movimento de importação do varejo é uma leitura que o comércio faz da intenção de consumo das famílias. Nesse momento, não há espaço para gastos muito fora do orçamento. Os juros estão altos. A economia não está crescendo tanto. Embora tenha fechado o ano passado com crescimento de quase 3%, percebe-se uma desaceleração da economia e o varejo não quis encalhar com esse produto com uma importação volumosa de bacalhau", salientou Bentes.